

# O BRASIL E O ESPELHO QUEBRADO

PINHO, Francisco A. C.<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo examina a intersecção entre o Complexo de Vira-Latas, o vitimismo e o narcisismo reverso como fenômenos socioculturais que estruturam um ciclo de autodepreciação e imobilidade social no Brasil. Parte-se da hipótese de que a convergência dessas três posturas produz uma identidade coletiva marcada pela inferioridade voluntária, pela isenção de responsabilidade e pela busca de validação externa. Para sustentar essa análise, observa-se a luta do Movimento Nação Mestiça como contraponto a essa tríade, ao propor a equalização etno-racial pela afirmação da identidade mestiça. Além disso, identifica-se a existência de uma “Indústria da Autodepreciação” que lucra com a manutenção desse ciclo. Por fim, propõe-se como saída a Promoção Humana autêntica e libertadora, fundada na dignidade, na responsabilidade e na vocação criadora do brasileiro. Dessa forma, conclui-se que a superação exige autorresponsabilidade, revalorização da identidade nacional e ruptura com a política da vitimização.

**Palavras-chave:** Complexo de Vira-Latas. Vitimismo. Narcisismo reverso. Indústria da autodepreciação. Promoção humana. Identidade brasileira. Mestiçagem. Movimento Nação Mestiça. Sociologia. Filosofia social.

## INTRODUÇÃO

O Brasil não sofre apenas de problemas econômicos ou institucionais. Sofre de um mal mais sutil: o modo como se enxerga. Nesse sentido, a análise do cenário sociocultural brasileiro revela uma intersecção complexa entre o “Complexo de Vira-Latas”, o vitimismo (coitadismo) e o narcisismo reverso. Esses três elementos não atuam isolados, pois se retroalimentam e formam um ciclo de autodepreciação e estagnação social. Essa tríade, frequentemente alimentada por heranças históricas, manifesta-se no

---

<sup>1</sup> Rev. Prof. Francisco A. C. Pinho, Jornalista e Especialista em Filosofia e Sociologia. Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

cotidiano, na cultura e na política. Em consequência, o resultado é uma postura de inferioridade voluntária e uma busca constante por validação externa. Assim, compreender esse mecanismo é condição para romper com ele, já que, sem esse diagnóstico, qualquer projeto de desenvolvimento esbarra no mesmo muro: a crença de que não somos capazes, de que somos vítimas permanentes e de que nossa dor nos torna especiais.

O primeiro elemento desse ciclo é o Complexo de Vira-Latas, termo criado por Nelson Rodrigues após a derrota de 1950 para definir a "inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo". Essa postura se manifesta na crença de que a cultura, os produtos e as realizações brasileiras são inerentemente inferiores à Europa ou aos Estados Unidos. Tal visão foi sedimentada por um passado colonial e escravocrata, no qual a elite valorizava a referência europeia e desprezava a produção local. Contudo, a resistência a esse complexo passa por ressignificar o próprio símbolo: o verdadeiro "vira-lata" é a incapacidade de valorizar a própria identidade, transformando o "vira-lata caramelo", fruto da mistura e da miscigenação, de símbolo de inferioridade em símbolo de resistência.

Em seguida, esse complexo se conecta ao coitadismo e à cultura do vitimismo, comportamento em que o indivíduo se considera constantemente prejudicado, penalizado e injustiçado, buscando justificativas externas para suas falhas. Ao assumir a postura de "coitado", o indivíduo se isenta da responsabilidade pessoal e paralisa sua evolução. Há ainda o vitimismo encoberto, forma sutil em que a pessoa age como "herói abnegado", sacrificando-se para ser vista pelos outros como alguém que sofreu injustamente, buscando piedade e validação. Dessa maneira, a necessidade de ser reconhecido como vítima gera um "narcisismo de desgraça", no qual o indivíduo se sente superior moralmente por sofrer mais que os outros.

Por sua vez, o terceiro elemento da tríade é o narcisismo reverso, ou narcisismo vulnerável. Nele, a autodepreciação excessiva pode ser tão "egóica" quanto a supervalorização, pois trata-se do ego desinflado que se sente importante através da sua desimportância. Diferente do narcisista clássico, o narcisista reverso se sente extremamente desconfortável com elogios e busca se colocar como coitado. Assim, usa a autodepreciação para controlar a narrativa e ganhar empatia ou validação, em uma forma de controle sutil que diz: "façome de coitado para que você me cuide". Desse modo, o narcisista oculto ou

vulnerável usa a vitimização para manter o parceiro ou grupo preso em um ciclo de culpa e abuso.

Quando esses três fenômenos convergem, formam um ciclo fechado. O brasileiro com complexo de vira-lata, ao se achar inferior, frequentemente adota a postura de coitado para justificar seu fracasso, usando o narcisismo reverso para manipular o ambiente em busca de validação pela pena. Na política, essa lógica substitui o debate racional por acusações, em que qualquer crítica é vista como ataque pessoal, típico de mentes inseguras e pessimistas. Por isso, superar essa postura requer a transição de um "paternalismo de desgraça" para a autorresponsabilidade e a celebração da identidade local, desconstruindo a necessidade de aprovação externa.

Em oposição direta a essa tríade da estagnação surge o Movimento Nação Mestiça. Fundado em Manaus em 2001 e com atuação registrada em vários estados, o movimento propõe a equalização etno-racial por meio do reconhecimento jurídico, político e cultural da identidade mestiça como categoria autônoma, e não como mera ausência de pureza racial. O fundamento da proposta está no fato de que o Brasil é, em sua maioria, uma nação mestiça, já que dados do IBGE mostram que pardos e brancos compõem mais de 88% da população. Para o grupo, insistir em uma leitura binária da sociedade, que divide o país entre brancos e negros, apaga a maior parte da população e reforça o complexo de inferioridade. Dessa forma, a mestiçagem deixa de ser vista como indefinição para ser tratada como síntese civilizatória.

Assim, a equalização etno-racial defendida pelo Movimento não significa negar o racismo ou as políticas de reparação. Significa incluir o mestiço como sujeito de direitos específicos, com direito à autodeclaração e à representação. O objetivo é romper com a lógica de que só existe valor em polos raciais importados, europeu ou afrocentrado, e devolver legitimidade ao centro demográfico brasileiro. Com isso, combate-se o Complexo de Vira-Latas na raiz: a vergonha da própria mistura. Além disso, ao afirmar a mestiçagem como potência e não como carência, o Movimento rejeita o coitadismo. Não reivindica espaço por pena, mas por presença numérica, histórica e cultural. Troca o "paternalismo de desgraça" pela afirmação de protagonismo. Nesse sentido, funciona como antídoto ao narcisismo reverso, pois, em vez de buscar validação pela dor, busca reconhecimento pela obra. A identidade deixa de ser ferida para ser bandeira. Por consequência, a atuação do Movimento questiona a política da vitimização que transforma identidade em trincheira. Ao propor

que o mestiço não precisa escolher um lado para ter existência legal, oferece uma terceira via que desmonta o ciclo fechado: se a mistura é valor, não há motivo para inferioridade; sem inferioridade, não há necessidade do álibi de vítima; sem vítima, não há moeda para o narcisismo da desgraça.

Contudo, a tríade analisada não se sustenta sozinha. Ela é mantida por uma estrutura que lucra com a inferioridade alheia, chamada aqui de Indústria da Autodepreciação. Trata-se de um conjunto de agentes culturais, acadêmicos, midiáticos e políticos que transformam a desgraça em capital e a inferioridade em produto de exportação. Essa indústria não nasce do acaso, pois tem método, linguagem e faturamento. O próprio Nelson Rodrigues já apontava a existência de um mercado para a autodepreciação quando escreveu, em crônica de 1958, que “o brasileiro gosta de se sentir cachorro. Há um prazer masoquista em dizer: ‘Não prestamos’. É o orgulho às avessas”. Para ele, a inferioridade virou grife, e quem a veste ganha aplauso imediato da plateia intelectual. A humilhação nacional virou passaporte para a virtude.

Na mesma linha, o economista e diplomata Roberto Campos cunhou o termo “masoquismo cultural” para descrever a elite que vive de desqualificar o próprio país. Em *A Lanterna na Popa* (1994), escreveu que “há brasileiros que só se sentem inteligentes quando falam mal do Brasil. É uma forma de esnobismo às avessas. Desancando a própria casa, julgam-se moradores de palácio”. Desse modo, Campos identifica que o pessimismo virou sinal de sofisticação: quanto mais se bate no Brasil, mais culto o crítico parece. Já o filósofo Luiz Felipe Pondé aprofunda o mecanismo ao falar de um “marketing da culpa” que rende dividendos sociais. Em *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia* (2012), observa que “no Brasil, o fracasso é certificado de pureza moral. Quem dá certo é suspeito. Quem sofre é santo. Criamos um mercado onde a dor é moeda e a queixa é currículo”. Assim, a autodepreciação deixa de ser sintoma e vira estratégia, pois vitimar-se é posicionar-se.

Além disso, o historiador Leandro Karnal alerta para a “narrativa da inviabilidade” ao afirmar que “parte da academia brasileira se especializou em provar que o Brasil não tem jeito. Essa tese vende livro, rende palestra e garante holofote. O pessimismo é um negócio”. A lógica é simples: se o país é inviável, quem aponta isso é lúcido, e quem constrói é ingênuo. A desesperança, portanto, vira reserva de mercado. Olavo de Carvalho, em *O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota* (2013), nomeia o fenômeno como “indústria do coitadismo”, ao dizer que “ela fabrica oprimidos em série para

vender alívio de culpa para a classe média. O coitado é a matéria-prima, e a indignação é o produto final”. Para o autor, essa indústria depende da manutenção do complexo, já que sem inferioridade não há vítima e sem vítima não há cliente. Ainda nessa direção, o filósofo e educador Mario Sergio Cortella adverte, em *Não Nascemos Prontos* (2006), que “o maior inimigo do brasileiro é a desculpa pronta. Ela paralisa. Quando a desculpa vira cultura, a nação adoce”. A desculpa, nesse caso, é o produto central da Indústria da Autodepreciação, pois justifica a inação e transfere a culpa.

Dessa forma, a Indústria da Autodepreciação funciona em quatro etapas. Primeiro, importa-se o padrão e define-se que o bom está sempre fora, no estrangeiro. Depois, aplica-se a comparação destrutiva, medindo o Brasil com a régua de fora e ignorando contexto. Em seguida, ocorre a monetização da queixa, transformando a crítica em livro, curso, mandato, ONG ou verba. Por fim, pratica-se a punição ao dissenso, taxando quem elogia o país de ufanista, alienado ou vendido. Desse modo, a indústria fecha o mercado, pois quem produz autoestima é concorrente desleal e quem afirma valor local ameaça o faturamento da desgraça. O saldo dessa operação é claro: enquanto alguns lucram com palestras, votos e likes ao decretar a falência do Brasil, o país inteiro paga a conta em forma de paralisia. Christopher Lasch, em *A Cultura do Narcisismo* (1979), já alertava que “sociedades que vivem da queixa produzem cidadãos que confundem autopiedade com pensamento crítico”. Por isso, a Indústria da Autodepreciação não é só antipatriótica. É anticidadã, pois rouba do brasileiro o direito de tentar.

Diante desse quadro, se a tríade paralisa e a indústria lucra com a paralisia, a saída não é cosmética, mas antropológica. O Brasil não precisa de mais tutela, nem de mais diagnóstico de desgraça. Precisa de Promoção Humana autêntica e libertadora, não de assistencialismo que infantiliza nem de ufanismo que mente. Precisa de uma visão que devolva ao brasileiro a posse de sua vocação: criar, construir, assumir. O filósofo Jacques Maritain, em *Humanismo Integral* (1936), define a promoção humana como “o desenvolvimento de todo o homem e de todos os homens”. Não se trata de dar esmola, mas de reconhecer a pessoa como sujeito de destino. Para Maritain, a liberdade autêntica não é ausência de vínculo, mas capacidade de responder pelo próprio ato. O Brasil, sob a tríade da estagnação, vive o oposto: nega ao homem a responsabilidade para manter a desculpa.

Na mesma direção, Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1968), afirma que “a vocação ontológica do homem é ser mais”. O oprimido, porém, quando hospeda o opressor dentro de si, repete a lógica da dominação. A Indústria da Autodepreciação faz exatamente isso: hospeda o colonizador na mente do brasileiro. A Promoção Humana, para Freire, começa quando o sujeito se reconhece como fazedor de história, não como objeto dela. É libertação da mente antes da estrutura. Já João Paulo II, na encíclica *Centesimus Annus* (1991), estabelece o eixo ao dizer que “o homem é o caminho da Igreja, porque é o caminho de Cristo”. Traduzindo para o campo civil, o homem é o caminho da nação. Toda política, economia e cultura devem servir à sua dignidade, não o contrário. A Promoção Humana autêntica recusa transformar o pobre em peça de museu ideológico, pois eleva-o a protagonista. O coitadismo o mantém como vitrine, enquanto a promoção o convoca ao canteiro de obras.

Essa lógica se materializou na vida da médica e sanitarista Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, cujo lema era: “Não dê o peixe, ensine a pescar, mas antes disso, devolva a vara que foi roubada”. Para ela, promoção humana é restaurar condições para que a pessoa exerça sua capacidade. Assim, o Brasil precisa parar de distribuir peixe com foto e começar a devolver a vara: educação que forma, não doutrina; economia que inclui, não tutela; cultura que afirma, não humilha. Do mesmo modo, o psiquiatra Viktor Frankl, em *Em Busca de Sentido* (1946), provou que “quem tem um porquê enfrenta qualquer como”. A Indústria da Autodepreciação rouba o “porquê” do brasileiro ao dizer que não adianta, que não tem jeito, que a história já está escrita. A Promoção Humana autêntica devolve o sentido: você é capaz porque é humano, e ser humano é ser criador. Sem sentido, há coitado. Com sentido, há cidadão.

Para ser autêntica e libertadora, a promoção precisa de três pilares, em oposição direta à tríade da estagnação. Primeiro, verdade sobre a identidade: contra o Complexo de Vira-Latas, afirmar que o Brasil é viável, mestiço e criador, como lembra Ariano Suassuna ao dizer que “o Brasil não é para principiantes, mas é para quem tem coragem”. Segundo, responsabilidade sobre a história: contra o coitadismo, assumir que o passado explica, mas não aprisiona, como ensina Clóvis de Barros Filho ao afirmar que “a vida não é o que fizeram de mim, mas o que eu faço com o que fizeram de mim”. Terceiro, obra sobre a queixa: contra o narcisismo reverso, produzir, pois a dignidade não vem da dor exibida, mas da obra entregue, como dizia Guimarães Rosa: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da

travessia”. Assim, a Promoção Humana autêntica desmonta a indústria, pois não precisa de cliente cativo. Precisa de gente livre. Não vende desculpa. Entrega ferramenta. Não fotografa a miséria. Multiplica a dignidade.

Dentro dessa discussão, é preciso examinar um fenômeno recente que distorce a identidade: a transformação da política de cotas sociais em vetor de racialização compulsória. A crítica aqui não se dirige à reparação de desigualdades, mas ao efeito colateral, que é o nascimento, desnecessário, de um “negrismo” político no Brasil, entendido como ideologia que importa para o país um conflito binário de raças, estranho à nossa formação histórica. Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933), já identificava a mestiçagem não como acidente, mas como fundamento da sociabilidade brasileira, ao afirmar que “formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio e mais tarde de negro na composição”. Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro* (1995), completa que “somos um povo novo, mestiço na carne e no espírito, e isso é nossa maior originalidade”. A mistura, portanto, não era problema a resolver. Era solução já dada.

As cotas nasceram com fundamento social para corrigir distorções de acesso por renda e escola pública. A Lei 12.711/2012 combina critério de escola pública, renda e, depois, percentual racial segundo o IBGE. O problema surge quando o critério acessório vira protagonista, pois a política deixa de ser transitória e compensatória para tornar-se permanente e identitária. Thomas Sowell, em *Ação Afirmativa ao Redor do Mundo* (2004), adverte que “políticas baseadas em grupo criam incentivos para que as pessoas se definam pelo grupo, e não pela sua condição individual. O resultado é a balcanização da sociedade”. É nesse ponto que nasce o “negrismo”: não o orgulho legítimo da negritude, mas a importação de um modelo norte-americano de conflito racial para um país que resolveu, ainda que imperfeitamente, sua questão pela mestiçagem. Kabengele Munanga, antropólogo defensor das cotas, reconhece o risco em *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil* (1999) ao dizer que “o Brasil tem uma ideologia de mestiçagem que dificulta a polarização racial. As políticas de ação afirmativa precisam levar isso em conta, sob pena de criar o que querem combater”. Quando não levam, criam.

O jurista Ives Gandra da Silva Martins afirma que “ao obrigar o brasileiro a se declarar branco ou negro para ter direito, o Estado rasga a certidão de nascimento da nação, que é mestiça. E planta, por decreto, o ódio

racial onde havia convivência”. A crítica é jurídica e antropológica, pois troca-se o critério da carência pelo critério da cor, e a cor vira salvo-conduto ou barreira. Três efeitos decorrem dessa inversão. Primeiro, a binarização forçada: mulatos, cafuzos e mamelucos são coagidos a “escolher um lado” para acessar direitos, e a mestiçagem, antes ponte, vira muro. Como disse o escritor José de Alencar ainda no século XIX: “No Brasil, quem não é mestiço, está para ser”. A cota racial nega essa sentença. Segundo, o ódio por decreto: ao premiar a raça, pune-se a mistura e cria-se ressentimento em quem é excluído por ser “branco demais para a cota” e “pardo demais para o privilégio”. Surge a pergunta venenosa: “quem é mais negro?”. O sociólogo Demétrio Magnoli, em *Uma Gota de Sangue* (2009), chama isso de “tribunal racial”, em que comissões avaliam fenótipos e reeditam a régua colonial, agora com sinal trocado. Terceiro, a infantilização do beneficiário: em vez de Promoção Humana, tem-se tutela, pois o indivíduo não vence por obra, mas por carimbo. Luiz Felipe Pondé resume ao dizer que “a cota racial diz ao jovem: você não é capaz, por isso vou te empurrar. É o Complexo de Vira-Latas com assinatura do MEC”.

A alternativa não é negar desigualdade, mas tratá-la sem destruir o ativo civilizatório brasileiro: a mestiçagem sadia. Como propõe o Movimento Nação Mestiça, a equalização etno-racial passa por reconhecer o mestiço como categoria, não por forçá-lo a negar-se. Antônio Risério, em *A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros* (2007), defende que “o Brasil não precisa importar a ‘one-drop rule’ americana. Precisa exportar sua solução mestiça”. A antropóloga Yvonne Maggie, professora emérita da UFRJ, aprofunda essa crítica. Em *O Brasil em Preto e Branco* (2005), demonstra que a política de cotas raciais inaugura no país um “racismo de Estado”, pois “o Estado brasileiro, que nunca havia legislado sobre raça, passa a definir quem é negro e quem não é, criando uma ficção jurídica que divide a nação em grupos estanques”. Em *Ligações Perigosas* (2001), alerta que “importar a polarização racial norte-americana é desmontar um pacto social não escrito, mas eficaz: o de que aqui todos somos um pouco misturados”. Para Maggie, o resultado é a criação de “tribunais raciais” nas universidades e a conclusão de que “a luta contra o racismo não pode criar o racismo como método, sob pena de produzir o veneno que diz combater”. Portanto, a crítica às cotas sociais não é à justiça, mas ao método. Quando o critério racial suplanta o social, fabrica-se o negrismo: ideologia que infiltra ódio racial num país que, apesar das mazelas, construiu a convivência na mistura. Como adverte Yvonne Maggie, trata-se de um “racismo de Estado” que desmonta o pacto não escrito da mestiçagem brasileira. É a Indústria da Autodepreciação operando por lei: primeiro

convence o mestiço de que ele não existe; depois, oferece a ele uma raça para chamar de sua; por fim, cobra lealdade ao novo conflito. A Promoção Humana autêntica rejeita esse atalho e afirma que o Brasil não precisa de mais raças. Precisa de mais caráter, mais obra, mais responsabilidade. A cor da pele não paga boleto. O trabalho paga. E o trabalho não tem cor.

## 2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a tríade formada pelo Complexo de Vira-Latas, pelo coitadismo e pelo narcisismo reverso não é folclore sociológico. É engenharia de paralisia. E, como toda engenharia, tem patrocínio. A Indústria da Autodepreciação financia, distribui e protege essa lógica, porque dela tira poder, dinheiro e palco. Ela opera como um sistema fechado: primeiro, convence o homem de que ele é menor; depois, oferece a ele o álibi da vítima; por fim, coroa sua desgraça com o troféu da superioridade moral. O resultado é um país que pede licença para existir. Contudo, a existência do Movimento Nação Mestiça demonstra que há forças sociais atuando na direção oposta, pois, ao reivindicar a mestiçagem como identidade positiva e ao exigir equalização etno-racial, o Movimento ataca diretamente a raiz do complexo: a vergonha de si. Mais que isso, aponta para a saída estrutural: a Promoção Humana autêntica e libertadora. Esta não infantiliza com esmola nem ilude com ufanismo. Ela devolve a vara de pescar, o porquê de viver e a responsabilidade de construir.

Romper esse ciclo não é ato coletivo antes de ser decisão pessoal. Nenhuma política pública substitui a escolha de um indivíduo por assumir a própria história. Nenhuma lei cria autoestima. A cura começa quando o brasileiro troca o espelho estrangeiro pelo retrato próprio. Quando entende que miscigenação não é defeito de fábrica, mas assinatura civilizatória. Quando abandona a pena alheia como moeda de troca e adota a responsabilidade como identidade. A saída, portanto, não está em Brasília nem em Nova York. Está na rejeição do atalho emocional que transforma dor em capital político e fracasso em medalha. Está na Promoção Humana que vê no brasileiro não um coitado a ser tutelado, mas um criador a ser liberado. Como escreveu Darcy Ribeiro, “o Brasil é um país novo, ainda em construção, e o seu povo é a sua maior obra”.

O Brasil deixará de ser vira-lata no dia em que parar de latir para fora e começar a construir por dentro. O dia em que o coitado morrer, nasce o cidadão. O dia em que o narcisismo reverso for desmascarado, nasce o adulto. O dia em que o mestiço for reconhecido sem pedir desculpa por existir, nasce a nação. O dia em que a Indústria da Autodepreciação falir por falta de clientes,

nasce o futuro. O dia em que trocarmos a queixa pela obra, nasce o Brasil. Enquanto mendigarmos validação, seremos colônia. Quando produzirmos valor, seremos nação. Enquanto comprarmos desculpa, seremos massa. Quando assumirmos a vara, seremos povo. A escolha é diária, pessoal e intransferível. E ela começa agora.

Blumenau, SC, 16 de abril de 2026.

## REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, Clóvis de. **A vida que vale a pena ser vivida**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CORTELLA, Mario Sergio. **Não nascemos prontos: provocações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Características étnico-raciais da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JOÃO PAULO II. **Centesimus Annus**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1991.

KARNAL, Leandro. **O que aprendi com Hamlet**. Conferência. São Paulo: Café Filosófico CPFL, 2018.

KERNBERG, Otto F. **Agressão nos transtornos de personalidade**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

MAGGIE, Yvonne. **Ligações perigosas**: biografia, autobiografia e histórias de vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAGGIE, Yvonne. **O Brasil em preto e branco**: movimento negro, decisão da justiça e as cotas para estudantes negros nas universidades. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo integral**: problemas temporais e espirituais de uma nova cristandade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **A inconstitucionalidade das cotas raciais**. São Paulo: Migalhas, 2012.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOVIMENTO NAÇÃO MESTIÇA. **Manifesto da Nação Mestiça**. Manaus: Edição do Autor, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia politicamente incorreto da filosofia**. São Paulo: Leya, 2012.

PUC MINAS. **Estudos sobre identidade e cultura brasileira**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RISÉRIO, Antonio. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2007.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**: crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SOWELL, Thomas. **Ação afirmativa ao redor do mundo**: um estudo empírico. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2004.

VAKNIN, Sam. **Malignant self love**: narcissism revisited. Prague: Narcissus Publications, 2015.